

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.113, DE 2019

Determina a proibição, em todo território nacional, da comercialização e o uso de coleiras que causem choques em animais.

Autor: Deputado CÉLIO STUDART

Relator: Deputado PEDRO AIHARA

I - RELATÓRIO

O Projeto de lei em epígrafe, cujo autor é o Deputado Célio Studart, proíbe, em todo território nacional, a comercialização e o uso de coleiras que causem choques em animais.

Na justificção do Projeto, o Deputado Célio Studart se refere ao avanço e à importância das lutas pela proteção e defesa dos animais, valendo transcrição o seguinte trecho da justificção apresentada:

“A dimensão da luta pelo bem-estar animal atingiu proporções estrondosas no século XXI. Pautas reivindicatórias, inseridas, principalmente, desde a segunda metade do século XX, contribuíram para a criação de vários movimentos em prol da proteção e da defesa animal.

As modernas teorias ressaltam a importância do bem-estar animal, devendo estes ter direito à dignidade, ou seja, serem livres de fome, sede, estresse, dentre outras limitações”.

O autor da proposição relata ainda existir, em Recife, a proibição do uso de coleira de choque, posta na Lei Municipal nº 18.025, de 2014.



Na forma do despacho da Presidência desta Casa, o Projeto de Lei nº 1.113, de 2019, foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, do Regimento Interno da Casa). Ele se sujeita à apreciação conclusiva das Comissões, nos termos do art. 24, inciso II, também do Regimento Interno, e tem tramitação ordinária consoante o que dispõe o art. 151, inciso III, do mesmo diploma normativo.

Tanto a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço quanto a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovaram, sem emendar, a proposição.

Neste colegiado, no prazo estabelecido pelo Regimento Interno, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A União tem competência, a qual é dividida concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre fauna, na forma do art. 24, VI, da Constituição da República.

A proposição é, assim, materialmente constitucional.

O seu art. 2º, entretanto, por invadir competência própria do Poder Executivo, é inconstitucional. Refiro-me aqui ao poder regulamentar, privativo do Poder Executivo, e que não necessita, portanto, de autorização legislativa.

Quanto à constitucionalidade formal, não há óbice à iniciativa legislativa de Parlamentar na matéria.



No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria em nenhum momento transgride os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica, com a ressalva do art.2º, já realizada.

No que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que foram observadas na feitura da proposição as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998. No entanto, há necessidade de pontuar o último artigo da proposição. Também cabe aprimorar a redação da Ementa do Projeto.

Em face do exposto, este relator vota pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.113, de 2019, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado PEDRO AIHARA
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.113, DE 2019**

Proíbe, em todo território nacional, a comercialização e o uso de coleiras que causem choques em animais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam proibidos, em todo o território nacional, a comercialização e o uso de coleiras que causem choques em animais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado PEDRO AIHARA
Relator

